



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 73

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 15 de Junho de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

1º — ao Projeto de Lei n.º 3.906-A/66 na Câmara e n.º 266-66 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca (*veto total*);

2º — ao Projeto de Lei n.º 4.066-A/66 na Câmara e n.º 10-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília (*veto parcial*);

3º — ao Projeto de Lei n.º 4.068-A/66 na Câmara e n.º 11-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 8.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos, destinados a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei n.º 4.878, de 3 de dezembro de 1965 (*veto parcial*)).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1.º	Totalidade do projeto
2	2.º	Palavras do art. 1.º
3	3.º	Palavras do art. 1.º

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 62, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 22 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 4.081-A-67 na Câmara e n.º 30-67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Senado Federal, em 6 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 62, § 3º, da Constituição Federal e no art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15 e 21 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dia 15:

— Veto (total) ao Projeto de Lei n.º 3.906-A-66 na Câmara e n.º 266-66 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.066-A-66 na Câmara e número 10-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000, para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação Universidade de Brasília.

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.068-A-66 na Câmara e número 11-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 para atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei n.º 4.278, de 3 de dezembro de 1965.

Dia 21:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.804-A-66 na Câmara e número 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21, destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960;

— Veto (total) ao Projeto de Lei n.º 1.773-B-52 na Câmara e n.º 121-63 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

— Veto (total) ao Projeto de Lei n.º 3.567-B-66 na Câmara e n.º 38-67 no Senado, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Senado Federal, em 31 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PLC 10/67 (n.º 4.066-A-66, na Câmara), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação Universidade de Brasília".

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 1967

As quatorze horas do dia cinco de junho de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Manoel Vilça, Mem de Sá e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Magalhães Mello, Clóvis Pestana e Fernando Gama, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1967 (PLC 4.066-A-66, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural da Fundação Universidade de Brasília".

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Mem de Sá que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto

por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando para Escrutinador o Senhor Deputado Fernando Gama.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Manoel Vilça — 5 votos
Deputado Fernando Gama — 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Deputado Fernando Gama — 5 votos

Senador Bezerra Neto — 1 voto.

Após tomar posse no cargo, o Sr. Presidente designa para as funções de Relator da matéria pertinente à Comissão Mista o Senhor Deputado Clóvis Pestana.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 6 DE JUNHO DE 1967.

As quatorze horas do dia seis de junho de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Manoel Vilça, Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e Mem de Sá e os Senhores Deputados Magalhães Mello, Clóvis Pestana e Fernando Gama, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1967 (PLC 4.066-A-66, na Casa de origem), que "autoriza o

Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação Universidade de Brasília.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Clóvis Pestana que, na qualidade de Relator da matéria em tela, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação do processado, bem como as razões em que se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu Veto ao Projeto.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente coloca em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

Nº 30, de 1967

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 4.068-A-66, nº 10, de 1967 — no Senado), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Universidade de Brasília.

Relator: Deputado Clóvis Pestana

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe são outorgadas pelos arts. 62, § 1º e 83, III, da Constituição Federal, votou parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 4.068-A-66 (nº 10, de 1967 no Senado) por considerá-lo inconstitucional, na parte em que lhe foi negada sanção.

O Projeto vetado, de iniciativa do próprio Poder Executivo, foi submetido à consideração do Congresso Nacional com a Mensagem nº 817, de 15 de dezembro de 1966, e teve como fato gerador a Exposição de Motivos nº 799, de 25 de outubro de 1966, do Ministro da Fazenda.

Aprovada na Câmara dos Deputados, sem quaisquer alterações ou restrições, a matéria vai ao Senado, onde, com parecer favorável da Comissão de Finanças, é igualmente aceita sem divergências.

O veto presidencial exercido na forma e prazo da permissão constitucional, incide sobre a expressão: "com vigência em dois exercícios financeiros", constante do art. 1º do Projeto em espécie, e está fundamentado no imperativo constitucional constante do art. 65, § 5º, que dispõe:

"Art. 65

§ 5º Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigor até o término do exercício subsequente."

O artigo 1º do Projeto está assim redigido:

"Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, com

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

vigência de dois exercícios, e crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender as despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural da Fundação Universidade de Brasília."

Cremos, com os senhores Congressistas os fundamentos em que apoiar o seu julgamento, no sentido de bem decidir, ao apreciar o presente Veto.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1967. — Manoel Vilça, Presidente. — Clóvis Pestana, Relator. — Mem de Sá. — Bezerra Neto. — Magalhães Mello. — Fernando Santana.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao PLC 11-67 nº 4.068-A-66, na Câmara, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.291.576.930 (três bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta cruzeiros) para atender às despesas decorrentes do pagamento da gratificação da função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965".

ATA DA 1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 1967

As dezesseis horas do dia cinco de junho de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia, Milton Rodrigues e José Ermírio, e os Senhores Deputados Ruy Santos, Janary Nunes e João Herculino, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 11, de 1967 nº 4.068-A-66, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.291.576.930 (três bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta cruzeiros) para atender às despesas decorrentes do pagamento da gratificação da função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965."

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Alvaro Maia que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando para Escrutinador o Senhor Deputado Janary Nunes.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Ermírio — 5 votos.
Deputado Janary Nunes — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Alvaro Maia — 5 votos.
Deputado Ruy Santos — 1 voto.

Após tomar posse no cargo, o Senhor Presidente agradece a seus pares a sua eleição, e designa para Relator da matéria pertinente à Comissão Mista, o Senhor Deputado Ruy Santos.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 6 DE JUNHO DE 1967

As dezesseis horas do dia seis de junho de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Ermírio, Presidente, presentes os Senhores Senadores Alvaro Maia e Milton Rodrigues e os Senhores Deputados Ruy Santos, Janary Nunes e João Herculino, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1967 nº 4.068-A-66, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.291.576.930 (três bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta cruzeiros) para atender às despesas decorrentes do pagamento da gratificação da função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Ruy Santos, que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria, bem como as razões em que se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Senhor Presidente declara em votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 31, de 1967

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 4.068-A-66 (nº 11-67, no Senado), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Relator: Deputado Ruy Santos

O Sr. Presidente da República, com apoio nas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição Federal, votou, parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 4.068-A-66 (nº 11-67, no Senado), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93, (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento de gratificação da função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de setembro de 1965.

ORIGEM E RAZÃO DO PROJETO

Com a Mensagem nº 806, de 13 de dezembro de 1966, o então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, na forma do artigo 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1967

(Nº 4.068-A-66, na casa de origem) Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93, (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), com vigência de dois exercícios, destinados a atender ao pagamento das despesas referentes à gratificação, pelo exercício de função policial, instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e pelo Decreto nº 59.310, de 27 de setembro de 1966, sendo NCr\$ 1.153.869,30 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros novos e trinta centavos), para a Polícia do Distrito Federal de NCr\$ 2.137.707,63 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e sete cruzeiros novos e sessenta e três centavos), para o Departamento Federal de Segurança Pública, relativamente ao exercício de 1966.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificando este projeto, a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda declara o seguinte:

"O Senhor Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, pela Exposição de Motivos nº 414-66-D-A, de 7 de outubro de 1966, solicita as necessárias providências desta Secretaria de Estado, no sentido de ser aberto o crédito suplementar de Cr\$ 3.291.578.930 (três bilhões duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta cruzzeiros), com as seguintes discriminações:

Cr\$ 2.137.707.630 para o Departamento Federal de Segurança Pública e

Cr\$ 1.153.869.300 para a Polícia do Distrito Federal.

2. O crédito ora solicitado é destinado a atender ao pagamento da gratificação de função policial, instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1966, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, relativamente ao exercício de 1966."

DISPOSITIVO VETADO E SUA ORIGEM

O veto incidiu sobre as expressões "com vigência de dois anos" contidas no artigo 1º, as quais já faziam parte do projeto enviado com a Mensagem Presidencial que originou o projeto.

SENADO FEDERAL

ATA DA 81ª SESSÃO EM 12 DE JUNHO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Catte Pinheiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
José Ernirio
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Celso Ramos
Guido Mondim
Mem de Sa.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Senhores Senador. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procedeu a leitura da ata sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Carta do Embaixador da Alemanha

De 26 de maio (agradece as manifestações de pesar do Senado pelo falecimento do Chanceler Federal Dr. Konrad Adenauer.

RAZÕES DO VETO

O Sr. Presidente da República conforme consta da Mensagem nº 400, de 1967, recebeu, em 12 de junho de 1967, a seguinte expressão citada, alegando as seguintes razões:

"Incide o veto sobre as expressões "com vigência de dois exercícios", e em face do estabelecido no parágrafo 5º do artigo 65 da Constituição Federal. Dispõe o referido dispositivo:

"Art. 65. Parágrafo 5º — "Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigor até o término do exercício subsequente".

Trata-se, pois, de um imperativo da Lei Maior. São estas as razões, de ordem constitucional, que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, e que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional".

CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos os Senhores Congressistas habilitados para a apreciação do veto parcial do Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 4.068-A-66 (nº 11-67, no Senado).

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1967. — José Ernirio, Presidente — Ruy Santos, Relator — Alvaro Maia — Milton Rodrigues — Janary Nunes — João Hercúlio.

PARECERES

Parecer nº 406, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967 (nº 1 291-A, na Casa de origem).

Relator: Senador Lobão da Silveira

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967 (nº A-66, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1967 — Teobônia Vilela, Presidente — Lobão da Silveira, Relator. — José Leite

ANEXO AO PARECER Nº 406, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967 (número 291-A-66, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 13 218-65 para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves tornando-se definitivo o ato praticado em 10 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na

Exposição de Motivos nº 12, de 28 de março de 1966, do Ministro da Guerra. Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pareceres ns. 407 e 408, de 1967

PARECER Nº 407, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado número 29, de 1967, que altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

O presente projeto, que altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional, retorna ao exame desta Comissão para apreciação da Emenda Substitutiva (nº 1-CEC), apresentada pela Comissão de Educação e Cultura, e da Emenda nº 2, de Plenário, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres.

2. A Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura amplia a proposição, com a finalidade de fazê-la abranger outros símbolos nacionais, melhor adaptando-a às alterações da Constituição em vigor.

3. A Emenda nº 2, de Plenário, altera a redação do art. 1º do Substitutivo, incluindo outros símbolos e introduz mais alguns artigos, dispondo sobre a inclusão de novas estrelas em nossa bandeira, resultantes da criação de Estados, e adotando outras providências pertinentes à matéria.

4. Examinado o assunto, verifica-se não haver qualquer injuridicidade ou inconstitucionalidade nas emendas apresentadas. Tomamos a liberdade, no entanto, de chamar a atenção da Comissão de Educação e Cultura, que é a do mérito, para o seguinte aspecto do problema: a redação dos novos artigos, propostos pela Emenda número 2, deveria compreender não só a possibilidade de se verificar a criação de novos Estados como a de fusão de Estados com a consequente diminuição do número de estrelas na Bandeira.

5. Diante do exposto, opinamos pela aprovação das Emendas nº 1-CEC e nº 2, de Plenário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1967. — Milton Campos, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator. — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves — Josaphat Marinho — Antônio Babin — Eurico Rezende.

PARECER Nº 408, DE 1967

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967, que altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

Relator: Senador Duarte Filho.

Volta à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 27, da lavra do Senador Vasconcelos Torres, face a apresentação, por este, à Assembleia Parlamentar, da emenda substitutiva ao mesmo.

A proposição, submetida pela primeira vez a este Órgão Técnico, foi aprovada com Substitutivo.

Seu ilustre autor, entanto, apresentou emenda de plenário, contendo três alterações, que passamos a apreciar:

1ª) No caput do art. 1º, substituíam-se as palavras iniciais "As Armas Nacionais e o Selo Nacional" pelas seguintes: "A Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais ..."

Estamos de acordo com a redação, sem dúvida mais adequada.

2ª) Acrescentem-se o seguinte item que será o primeiro, renumerando-se os atuais nºs 1, 2 e 3.

1. — A Bandeira Nacional terá, na parte inferior do círculo azul, número de estrelas igual ao dos Estados da

releição e na superior uma, correspondente ao Distrito Federal."

De acordo, tal disposição já é, inclusive, observada na Bandeira Nacional.

3ª) Acrescentem-se os seguintes artigos, passando os atuais 2º e 3º a serem, respectivamente, o 6º e o 7º.

Art. 2º. A inclusão de novas estrelas, resultante da criação de Estados, completará a reprodução da parte do céu do Brasil fixada nos modelos que acompanharam o Decreto-Lei número 4.545, de 31 de junho de 1942.

De acordo.

Art. 3º. Sempre que se verificar a criação de Estados, o Presidente da República designará Comissão, composta de cinco membros representantes, respectivamente, dos Ministérios da Educação e Cultura, do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para, sob a presidência do primeiro, estabelecer as modificações a serem feitas nos símbolos nacionais.

De acordo com a subemenda nº 1, que apresentamos, acolhendo sugestão do eminente Senador Carlos Lindemberg, relator na douda Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 4º. Em qualquer caso, as estrelas obedecerão à sua posição astronômica exata.

De acordo, tal é o critério adotado atualmente.

Art. 5º. Para cumprimento do disposto na presente lei, em decorrência da criação dos Estados da Guanabara e do Acre, o Presidente da República, obedecendo o disposto no art. 4º, baixará o decreto executivo no prazo de sessenta dias.

De acordo, com a subemenda nº 2.

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA Nº 2

Inclua-se no art. 3º da emenda número 2, entre as palavras "criação" e "de Estados", as seguintes expressões "e fusão".

SUBEMENDA Nº 2 A EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 5º da emenda a seguinte redação:

Art. 5. Dentro de sessenta dias da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua execução inclusive com a alteração decorrente da criação dos Estados da Guanabara e do Acre.

Notoso parecer é, assim, favorável à emenda nº 2, com as modificações consubstanciadas nas subemendas apresentadas.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1967. — Menezes Pimentel, Presidente; Duarte Filho, Relator; Mem de Sa e Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguinte:

REQUERIMENTO Nº 531, de 1967

Requerio à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1ª) Qual o valor dos empréstimos feitos pelo Brasil no Exterior, durante o período de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1967?

2ª) Quais as suas aplicações e rentabilidade?

3ª) Qual foi o aumento ou diminuição nos pagamentos de juros externos no mesmo período?

Justificação

O Brasil precisa estar sempre atualizado quanto aos seus débitos e créditos no Exterior. A situação de carência de recursos financeiros que o Brasil atravessa não autoriza o pagamento de juros elevados, sem contrapartida. Faz-se preciso, sempre, uma

análise rigorosa porque a regularidade interna, em matéria financeira, depende em grande parte da situação externa. O orçamento de uma nação é o doméstico ampliado.

Temos recebido dados e informações de fontes diversas, inclusive do extinto Conselho Nacional de Economia, porém, ainda, não contamos com o pronunciamento oficial sobre essa situação, para podermos ajuizar como foi aplicado o dinheiro tomado ao Exterior, principalmente quanto a sua rentabilidade e; ao mesmo tempo, saber a realidade brasileira atual com relação às dívidas externas e pagamentos anuais de juros.

Portanto, a razão do presente expediente é de esclarecer ao Senado, uma vez fornecidas as informações solicitadas, para que este possa aquilatar das medidas governamentais.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador José Ermírio de Moraes.

REQUERIMENTO

Nº 532, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, sobre financiamento de casas em Japeri, Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, as seguintes informações:

Se, foi firmado algum convênio com empresas particulares para construção de casas em Japeri, Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro?

Em caso afirmativo, qual o montante do financiamento?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 533, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre melhoria do campo de pouso, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, as seguintes informações:

De que forma poderá o Ministério da Aeronáutica auxiliar a Prefeitura Municipal de Parati, Estado do Rio de Janeiro, na melhoria do seu campo de pouso, uma vez que, sendo considerada Cidade Monumento Nacional e não possuindo fácil acesso — lancha de dois em dois dias e comunicação para São Paulo em estrada caçóvel — facilitará em casos de emergência, a vinda de aparelhos de pequeno porte, ao mesmo tempo que há demonstrações de interesse por parte de companhias aéreas em manter o campo de pouso preparado para sempre que houver possibilidade, trazer turistas em trânsito, aumentando assim o fluxo turístico, o que muito auxiliará a cidade, que possui o estítil colonial mais autêntico do Brasil, dando melhores condições de vida a seus habitantes?

Sala das Sessões em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 534, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura sobre atuação irregular de fiscais de caça e pesca no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, se tem conhecimento da atuação irregular de fiscais de caça e pesca no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, os quais vêm coagindo os pescadores daquela região, inclusive apreendendo suas redes?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 535, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, sobre o enquadramento do funcionário João de Souza Rosa, ex-servidor da E.F.C., lotado no DCT, em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, se foi tomada alguma providência no sentido de ser feito o enquadramento do funcionário João de Souza Rosa, ex-servidor da E.F.C., lotado no DCT, nível 8, em Uberaba, Estado de Minas Gerais?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 536, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, sobre publicação do enquadramento definitivo dos Agentes Postais do DCT.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, por que motivo até hoje não foi autorizada a publicação do enquadramento definitivo dos Agentes Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 537, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre pagamento das diferenças salariais decorrentes da reclassificação, para os níveis 20, 21 e 22, dos Redatores do Serviço Públicos Federal.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o seguinte:

1) Quando os Redatores do Serviço Público Federal receberão as diferenças salariais decorrentes da Reclassificação para os níveis 20, 21 e 22, conforme decreto presidencial publicado em 10 de março de 1967?

2) Se há dotação disponível para este pagamento no Orçamento da União?

3) Em caso contrário, se há possibilidade de abrir crédito, pelo Ex-

cutivo ou Legislativo, ainda este ano?

4) Se os interessados terão que requerer aos respectivos Ministérios e demais órgãos de lotação o pagamento destes atrasados?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 538, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre a observância dos preços tabelados para a cana de açúcar pelo IAA.

Sr. Presidente,

Requero, nos termos regimentais, que a Mesa solicite ao Instituto do Açúcar e do Alcool, Ministério da Indústria e Comércio, as seguintes informações relacionadas com a agro-indústria açucareira:

1) Se os lavradores que fornecem cana às usinas de açúcar localizadas no Estado do Rio de Janeiro durante a safra 1965-66 receberam por tonelada do produto o preço tabelado pelo IAA, de NCr\$ 11,01.7 ou apenas NCr\$ 9,72.3.

I Caso haja vigorado o preço de NCr\$ 9,72.3 por tonelada, explicar as razões desse estranho fato.

2) Se os fornecimentos de cana relacionados com a safra 66-67 vêm sendo pagos normalmente e a que preço.

3) Se o preço de NCr\$ 15,77 a tonelada, pelo qual os usineiros fluminenses vêm negociando o açúcar produzido na safra 66-67, prevalece também para a venda do produto aos lavradores, para o consumo — ou se eles, os lavradores, pagam pelo mesmo NCr\$ 18,00.

4) Se a produção das usinas de açúcar situadas no território fluminense, relacionada com a safra 66-67 atingiu os 7.500.000 de sacos autorizados pelo IAA.

I — Na hipótese da produção obtida haver sido inferior à produção autorizada, dar as razões técnicas e econômicas que explicam o fato.

5) Das 270 usinas de açúcar existentes em todo o país, quantas estão deixando de observar o preço tabelado pelo I.A.A. para a tonelada de cana fornecida pelos lavradores.

Justificação

18 das 28 usinas fluminenses resolveram, como já ocorrerá na safra 65-66, obrigar-se em mandado de segurança, contra as tabelas para pagamento das canas elaboradas pelo I.A.A., constantes do Plano de Defesa da Safra 65-67 — Resolução número 1.963 — sob a alegação de não ter sido obedecida a norma fixada pela Lei nº 4.870 de 1 de dezembro de 1965 na estruturação dos custos agrícolas e ter sido substituído o critério "de custos por correspondência" pelo "de custo vertical", advogando em consequência, o retorno às normas fixadas pela Resolução 109-45, face à baixa cotação do açúcar.

Diversas foram, na safra 66-67 as condições de comercialização do açúcar produzido, tendo os usineiros vendido normalmente seus açúcares aos preços oficiais vigentes, sendo certo que a parcela ponderável de seus estoques foi e está sendo negociada ao preço à vista de NCr\$ 15,77 acrescido de 8% para o saco de açúcar cristal posto vagão-usina, enquanto se negam a entregar a seus fornecedores, açúcar para suas necessidades a aquele preço obrigando-os a adquiri-los no comércio à NCr\$ 18,00, auferindo assim lucro extra incompatível com o mandado de segurança impetrado, em que sustentam aviltamento do preço de açúcar e se negam a pagar a tonelada de cana fixada pelo IAA, com base no preço do saco de açúcar cristal de NCr\$ 11,68.

A tese defendida pelos usineiros se vencedora, importaria na redução da tabela de cana, em termos médios de NCr\$ 10,17.1 para NCr\$ 7,90.8, o que significaria em definitivo, a sorte dos plantadores de cana do Estado do Rio e marcaria crise social de consequência imprevisíveis.

A Lei 4.071 de 16-6-62 revigorou a irredutibilidade das bases de pagamento da cana, expressas em quilos de açúcar, bases fixadas na safra 63-64 em 57,5%, majoradas a seguir na região Centro-Sul para 65,41% na mesma estatística pelo parágrafo 2º do artigo 48 da Resolução 1.853 de 26 de agosto de 1964 com a seguinte redação:

"Serão irredutíveis, em relação às safras anteriores, as bases de pagamento expressas em números de quilos de açúcar por tonelada de cana, representadas, nesta safra, pela relação de 65,413%, para a Região Centro-Sul (94 Ks.) e 70,332% para a Região Norte-Nordeste (90 Ks.), sobre o valor líquido de 1 saco de 60 Ks de açúcar cristal "Standard", conforme as tabelas organizadas pela Divisão de Assistência à Produção e as estruturas de custos e preços apresentadas pela Divisão de Estudo e Planejamento para a safra de 1964-65."

Os lavradores fluminenses, ao que estou informado, ainda não receberam de todas as usinas nem mesmo o pagamento inicial de NCr\$ 8,00 ou 20% do valor oficial da tonelada de cana, além das contribuições descontadas que não foram recolhidas à Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana do Estado do Rio e ao Hospital dos Plantadores de Cana que corre o risco de encerrar suas atividades, por depender a sua manutenção e de 5 ambulatórios regionais exclusivamente desses recolhimentos; indevidos retidos por elas, num montante superior a trezentos mil cruzeiros novos, com base nas tabelas oficiais, e do qual depende para continuar a prestação de serviços odontológicos-hospitalares gratuitos aos pequenos fornecedores e aos operários rurais canavieiros.

Não tendo suporte financeiro, a lavradora canavieira fluminense não terá condições para dar início à próxima safra, por falta de crédito, asseverada por compromissos inadimplíveis não resgatados, e por não poder ainda realizar despesas com corte e transporte de suas canas para usinas que após recebê-las, irão discutir as tabelas do I.A.A. com o objetivo de proclamar os respectivos pagamentos, como já o fizeram nas safras de 65-66 e 66-67.

Existe assim, segundo informações que recebo constantemente dos prejudicados, uma situação de angústia e de caos, entre os plantadores de cana do Estado do Rio, abnegados criadores de riqueza que hoje — como vem acontecendo há cerca de três séculos — ainda não obtiveram a garantia real do justo preço para o produto de seu rude trabalho.

Se as informações que recebo são verdadeiras, está havendo inaceitável omissão do IAA quanto à solução de problemas situados no centro da sua área de competência.

O Instituto do Açúcar e do Alcool como ninguém ignora, foi criado para corrigir as distorções econômicas, técnicas e sociais que incidem sobre agro-indústria do açúcar. Tem, dessa forma, especial importância para caracterização da crise que ora envolve a mencionada agro-indústria particularmente no Estado do Rio, que esse Órgão informar, atendendo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 539, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre fatos ligados à encampação das empresas concessionárias da AMFORP.

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, o seguinte, relacionado com a aquisição pelo Governo brasileiro das empresas concessionárias da AMFORP:

1) Discriminação das chamadas empresas concessionárias da AMFORP adquiridas pelo Governo brasileiro.

2) Instrumentos pelos quais foram formalizadas as transações referidas no item I:

I — datas e locais em que foram firmados;

II — Nomes dos representantes brasileiros que, em nome de nossa Governo, assinaram os instrumentos em questão.

3) Montante global, em dólares (US\$), dos compromissos financeiros assumidos pelo Governo brasileiro em decorrência da aquisição das empresas referidas no item I.

4) Como foi estabelecido o preço, pago pelo Governo brasileiro, para a compra das concessionárias da AMFORP:

I — Se o Governo brasileiro teve ingerência na fixação do preço que veio a pagar pelas empresas e, em caso afirmativo, em que consistiu essa ingerência.

II — Se houve avaliação feita por técnicos suécos, do acervo adquirido pelo Brasil, e se a mesma serviu de base à operação.

III — Se existiu a avaliação referida no inciso II e a mesma não serviu de ponto de referência para fixar o preço que pagamos pelas empresas, explicar as razões pelas quais isso aconteceu.

5) Se dos contratos que vinculavam as antigas subsidiárias da AMFORP as diferentes agências governamentais brasileiras constavam cláusulas estabelecedoras da entrega — sem ônus para os cofres públicos — do patrimônio das mesmas às ditas agências, ao fim de períodos determinados.

I — Sendo afirmativa a resposta ao presente item, esclarecer, relativamente a cada um dos contratos em que isso ocorria, o ano-limite da concessão.

Justificação

Nem sempre o parlamentar utiliza o recurso democrático do requerimento de informações para perguntar coisas que ainda ignora. As vezes, ele pergunta o que já sabe o que todo o mundo já sabe — pergunta o óbvio, para, através da versão oficial acerca do óbvio ir levantando o pedaço de sombra que falta levantar em determinados assuntos, revelando-se inteiros à luz do sol.

Embora seja um assunto encerrado, do ponto de vista administrativo, a compra das concessionárias da AMFORP pelo Governo brasileiro ainda não é um assunto morto.

O velho princípio democrático, segundo o qual o contribuinte tem o sagrado direito de saber o que fazer com o seu dinheiro, precisa prevalecer de um modo efetivo nesse caso da AMFORP. E aí está o sentido exato deste requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 540, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre doação de vacina Sabin para o Centro de Saúde de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, se foi tomada alguma providência no sentido de doar vacina Sabin para o Centro de Saúde de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que aquele município já não dispõe de nenhuma dose da referida vacina?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 541, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre enquadramento, nos novos níveis com que foram recentemente beneficiados pelo Governo Federal, dos Redatores das extintas Comissões do Imposto Sindical e Técnica de Orientação Sindical, hoje integrantes do Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, por que motivo não foi, até hoje, feito o enquadramento, nos novos níveis com que foram recentemente beneficiados pelo Governo Federal, dos Redatores das extintas Comissões do Imposto Sindical e Técnico de Orientação Sindical, hoje integrantes do Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 542, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre pagamento dos vencimentos atrasados e outras vantagens para os aposentados e pensionistas do ex-IAPI.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — quais as providências tomadas visando efetuar o pagamento dos vencimentos atrasados e outras vantagens aos aposentados e pensionistas do ex-IAPI?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 543, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Serviço Atuarial — sobre remessa de instruções ao INPS para cálculos de futuro reajuste salarial dos aposentados e pensionistas da União.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Ser-

viço Atuarial — se foi tomada alguma providência no sentido de ser feita a remessa de instruções, ao INPS, para cálculos de futuro reajuste salarial dos aposentados e pensionistas da União?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 544, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — sobre inclusão no percurso Rio-Santos de escalas nos portos de Angra dos Reis e Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — as seguintes informações:

Se, foram adotadas ou elaborados estudos, no sentido de que sejam incluídos no itinerário Rio-Santos, escalas nos portos de Angra dos Reis e Parati, Estado do Rio de Janeiro, dadas as grandes possibilidades de turismo oferecidas pelas respectivas cidades?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 545, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — sobre inclusão no percurso Rio-Belem de escala no porto de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — as seguintes informações:

Se, foram adotadas providências ou elaborados estudos, no sentido de que seja incluído no itinerário Rio-Belem, escala no porto de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, dados os magníficos atrativos turísticos encontrados naquela região?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 546, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre construção da rodovia Silva Jardim-Friburgo, via Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se existem planos para a construção da rodovia Silva Jardim-Friburgo, via Araruama, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que velhas estradas poderiam ser aproveitadas e, consequentemente, ficaria menos dispendiosa?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 547, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre dragagem de rios, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — as seguintes informações:

Que providências estão sendo adotadas no sentido de que os rios em Parati, Estado do Rio de Janeiro, sejam dragados, uma vez que, as últimas enchentes e a proximidade de nova época de chuva, poderá causar transtornos e prejuízos incalculáveis à cidade mais abandonada do Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos de informação que acabam de ser lidos vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 548, de 1967

Nos termos do art. 212, letra "y", do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado, da oração proferida pelo Senador Auro Moura Andrade, na sessão do Congresso Nacional, em 7 de junho de 1967.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1967. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido vai à publicação e, posteriormente será incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na sessão anterior:

I — Do Sr. Senador Gilberto Marinho: ao Ministro da Educação e Cultura (Nº 526);

II do Sr. Senador Teotônio Vilela: ao Ministro da Aeronáutica (Número 530).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador José Ermírio, a quem dou a palavra.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores: Antes de entrar no estudo da matéria fundamental que me traz a esta tribuna, desejo tecer breves referências sobre o episódio de 11 de junho de 1865, quando as valentes tropas patrióticas infligiram derrota completa aos inimigos, então sob o comando da ditadura de Lopez. Damos a História que, em maio de 1865, o nosso herói, o Chefe de Divisão Francisco Manuel Barro da Silva, depois Barão de Amazonas, a frente de uma divisão naval brasileira, aliada às Forças argentinas do General Paunero, impuseram sua supremacia sobre nossos contendores, retomando Corrientes.

A ordem de Lopez e sob o comando de Meza, foram os nossos navios atraídos, no dia 11 de junho desse

ano, para o canal entre a Ilha Palomera e a Foz do Riachuelo, onde, *a priori*, as forças contrárias haviam colocado baterias de artilharia, duas leguas abaixo.

Barroso, não temeu. Foi ao encontro das armas inimigas, destruindo-as, e, assim, ruindo o poderio naval do ditador paraguaio.

Reverência, pois, nossos heróis de ontem e hoje, votos de que esta nação não fique privada, um dia, dos heróis do porvir.

Sirvo-me, desta maneira, Sr. Presidente, da data gloriosa de 11 de junho, ontem portanto, para reverenciar nossos bravos homens do preterito e aproveitar a oportunidade que esta tribuna me oferece para dizer alguma coisa sobre as dificuldades do presente, indicando-lhes as soluções mais adequadas. O assunto eleito foi o da energia nuclear a que passo a discorrer.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, atendendo à convite da Comissão de Agricultura esteve em Brasília, na semana passada, o General Uriel da Costa Ribeiro, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Não compareceu, todavia, à reunião da Comissão do Senado, enviando, à última hora, excusas pela ausência, por motivo de saúde.

Lamentamos o ocorrido, especialmente porque sobre um questionário pre-elaborado tencionamos situar uma reivindicação do mais alto interesse para o País. Faço-o, no entanto, desta tribuna, na esperança de que os nossos pares a acolham e colaborem no sentido de vê-la, em breve, corporificada em realidade.

Refiro-me, Senhor Presidente, à criação do Centro Nacional de Energia Nuclear, destinado ao aproveitamento de nossas possibilidades, bem como estudos e experiências técnico-científicas, a ser fixado no centro geográfico do País, no Distrito Federal.

A necessidade de um centro especializado de estudos resulta inadiável, pois, sob pretexto de relações amistosas com outros países, estamos alienando um patrimônio fabuloso, sem nos aperceber que a contribuição brasileira, beneficiada no chão do nosso próprio País, viria acelerar a caminhada brasileira para a nossa emancipação e o nosso desenvolvimento.

Vamos, aos poucos, fragmentando as nossas reservas, distribuindo generosamente aos outros aquilo que nos é sumamente essencial.

Ainda está na memória dos meus pares a luta inglória que travei desta tribuna contra a aprovação de um lesivo acordo atômico, celebrado com os Estados Unidos, pelo qual se amarrava por dez anos um elenco de deveres e obrigações, com clara e inofensável inferioridade para o Brasil.

Como se não bastasse a evidência de um sufocante colonialismo econômico, implanta-se, sob o véu multicolor dos acordos, o colonialismo atômico. Vem ele, aos poucos, nas entrelinhas de um convênio nocivo e contra a invasão frontal devemos opor os diques de nossa intolerância.

As informações que se recolhe nos setores do Governo federal, nos dias de hoje, configuram-se auspiciosas para o nosso País. A subserviência de uma diplomacia medrosa e doadora está sendo substituída pela atuação diplomática patriótica, realista e forrada pela confiança em nossas possibilidades.

Ao lado disso, outros comentários surgem na imprensa segundo os quais está em fase de estudos um convênio de cooperação com a França para a prospecção de urânio e para auxílio às nossas tarefas de estudos. Todavia, nada mais se sabe a respeito e seria bom se o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear aqui tivesse comparecido para adiantar-nos algo, instrumentando-nos para um juízo seguro sobre o assunto. A verdade, no entanto, é que não podemos desprezar o espelho do exemplo de

Portugal e outros países, além da França, que, em trabalho sublinhado pela independência, têm formado um patrimônio inestimável de conquistas, à base das quais está a atuação brava dos seus próprios geólogos, químicos, físicos e geofísicos.

Dai, descontinuar-se para nós a tranquilidade do Planalto, lugar ideal para uma atividade científica, séria e produtiva. Aqui edificaremos o edifício de nosso patrimônio científico em bases brasileiras, desbordando para uma atuação marcante de defesa nacional, para a agricultura, a indústria e a medicina, bastando, para isso, a alavanca da vontade governamental.

E nem se infira que tal plano feche as portas à colaboração estrangeira. Jamais. Pelo menos 11 países se acham em condições de prestar-se assistência técnica para a implantação de usinas nucleares. Devemos abrir as nossas fronteiras para que as reservas da inteligência internacional venham plantar em nossos domínios, e não, ao revés, alugar as nossas terras para que sirvam de garimpo a interesses frios dos que tudo levam e nada deixam.

Bradei, neste Senado, contra o Acordo Atômico com os Estados Unidos, que, entre coisas, permitiu a devassa dos nossos céus e do nosso solo e sub-solo pelos comandos científicos da aerofotogrametria, cintilometria e magnetometria. Hoje, se quisermos aferir a nossa riqueza mineral, devemos indagar do Departamento de Estado americano.

Ainda hoje, os aviões equipados de aparelhagem ultramoderna rasgam os nossos espaços levantando, com ausência generosa dos suportes políticos brasileiros, todas as reservas minerais e atômicas do Brasil. Os serviços especializados da F.A.B., da Cruzeiro do Sul e outras empresas brasileiras foram relegados a plano inferior pelo acordo lesivo que tanto condenamos.

Deus há de inspirar uma nova geração de líderes, que as Universidades e Escolas estão formando, para que o protesto se avoluma e que nos seja dado saber, ao menos, onde se encontram arquivados os mapas do nosso sub-solo, recolhidos atualmente pelos jatos, fortalezas-voadoras e outros diversos tipos de aviões estrangeiros. Não conhecemos o destino desse trabalho, nem tampouco se as autoridades brasileiras estão participando da intolerável coleta.

Enviei, Senhor Presidente, um requerimento de informações, que tomou o nº 438-67, sobre o assunto ao Estado-Maior das Forças Armadas, que a Mesa desta Casa transformou em consulta ao Presidente da República. Tratando-se de assunto relevante, pertinente à segurança nacional, a omissão e o silêncio, de qualquer das partes, implicaria um procedimento reprovável. Cumprimos o nosso dever bloqueando a pergunta. Resta, agora, que o Governo cumpra o seu, enviando-nos a resposta. E' o que esperamos. Ainda sobre a via crucis deste requerimento é bom lembrar que o seu nascimento se deu em 21 de junho de 1965, quando apresentamos o de número 368-65, endereçado ao Senhor Ministro de Minas e Energia. Contudo, em resposta, esse Ministério através do Aviso nº 235, de 15 de setembro do mesmo ano, esclareceu que a matéria estava sob a jurisdição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entretanto, feito o encaminhamento do mesmo expediente ao I.B.G.E., esclareceu o Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, através do Aviso nº 277, de abril de 1966, que o assunto estava afeto ao Estado-Maior das Forças Armadas. O Requerimento nº 211, de 31 de maio de 1966, sobre o mesmo assunto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça que deu parecer favorável em 17 de junho do mesmo ano sendo Relator o Senador Gay da FONSECA. Por fim, renovamos o pedido em 16 de

março deste ano, portanto, depois de quase dois anos de espera, o que foi feito pelo Requerimento nº 104-67, endereçado ao Ministério do Exército, que informou, em 10 de abril, ser o assunto de competência do EMFA. Formulamos, em vista disto, o expediente referido de início.

Todos os meus requerimentos tem uma finalidade ostensiva: abrir os portões da verdade ao País. Lutaremos na defesa dos assuntos ligados à energia nuclear como fazem os grandes países, nas Tribunas, nas Catedras, nos Auditórios, nas publicações populares e nos editos científicos. O clima de segredo poderá ser útil a outros, menos a nós. Enquanto estivermos preocupados com o silêncio, em torno de tais temas, outros, à socapa, à sombra de nossa desidia, estarão se locupletando.

Acordemos, pois, para um debate amplo e um estudo profundo, fazendo do Centro Nacional de Energia Nuclear — sediado em Brasília e ramificado pelos lugares importantes e necessários do Brasil — o farol da emancipação nacional.

Atentemos, finalmente, para o quadro contemporâneo, em que o petróleo cede dia a dia a sua importância à energia nuclear. Em breve tudo se fará com embasamento energético atômico, não sendo pois crível que um país como o nosso não enfrente com agressividade o problema. Já disse e repito: Com a exportação desordenada de nosso patrimônio mineral, notadamente o atômico, estamos comprando a fome para o futuro e vendendo a saúde dos brasileiros que ainda não nasceram.

A hora é de desenvolvimento mas também o é de defesa. Defendamos-nos, criando o nosso próprio sustento técnico, evitando que a nossa riqueza seja exportada e somente lá fora seja beneficiada e aproveitada. Defendamos-nos evitando que a Amazônia seja um quartel de experiências estrangeiras, onde se perfura, devassa, minera, retira, exporta, como se o grande Estado fosse um apêndice generoso de uma terra de ninguém...

Há quem afirme, à guisa de interpretação sociológica, — que em todas as coletividades existem os espíritos nômades, as almas apátridas, que não conseguem fixar-se no interesse da terra que lhes serviu de berço. Sofrem, por temperamento, de um estrangeirismo exagerado, que os leva a enfrentar os problemas domésticos com acentuado negativismo. Muitas dessas vocações, burladas pela cultura, conseguem, às vezes, o primeiro plano da vida nacional. Esgrimando com inteligência alienada, transformam-se em costureiros de mortuários e, com a ajuda de um tecnicismo zarolho, acabam por semear a desconfinança nas energias patrióticas, desenhando sobre o quadro vivo de esperanças um cemitério lúgubre, marcadas as cruces da inoperância e do desencanto.

Combatamos, pois, as cassandras janelas que só encontram lá fora a solução para os problemas de nossa casa. Combatamos esse estado psicológico de corrupção mental, propagado por essa vocação perdida da Legião Estrangeira.

Reunamos as nossas energias, concentrando-as na aplicação séria, sensata e marcada pelo interesse brasileiro. Desmintamos aqueles que diante da realidade em que vivemos diante de tanto esforço gasto no palavrório, na burocracia, nas andanças infrutíferas, afirmam que se fosse possível captar e armazenar tanta energia dispendida, teríamos potencial capaz para iluminar todo o País.

E, o clima de vigilância e trabalho há de ser, então, uma quotidiana escola de exemplos para os nossos filhos. Eles serão criados certos de que têm um compromisso com a sua

e a próxima geração: eles crescerão amando e acreditando em seu país; eles envelhecerão estudando, estudando sempre, pois a ciência se transforma e não é lícito ao homem aposentar-se diante do saber.

Assim procedendo, teremos, sem dúvida, uma Pátria melhor.

Não nos esqueçamos de que o Brasil necessita dar condições de trabalho aos seus próprios técnicos e incentivar a sua formação.

A criação do Centro Nuclear nesta parte do Planalto, região sedimentária e propícia a reservas uraníferas, virá beneficiar nosso país, aproveitando o trabalho das forças patrióticas. É necessário que aproveitemos nossos próprios técnicos.

O Conselho Interamericano de Comércio e Produção acaba de fazer uma declaração surpreendente: Nos últimos três anos a América Latina perdeu 5.300 dos seus melhores técnicos, levados que foram para o Exterior. Isto representa uma percentagem alarmante para uma região que necessita de dezenas de milhares de técnicos e, no entanto, nenhum esforço é realizado presentemente para cuidar com atenção do problema, objetivando a formação deles dentro de nossas fronteiras, como, ainda, facilitar a vinda do Exterior em quantidade suficiente para manter e equilibrar o crescimento rápido exigido pelo nosso desenvolvimento. A respeito, quero mencionar os exemplos dos Estados Unidos que, mesmo tendo população quase equivalente a dos países do Oeste Europeu, possui três vezes mais cientistas e engenheiros trabalhando em pesquisas de desenvolvimento, pois apresenta o número de 345.000 deles, ao passo que estes países contam com 147.000. Para a grande Nação do Norte correm muitos desses profissionais, estando a Alemanha Ocidental com a perda de 8%, a Holanda com 15% e a Inglaterra 75%, sem fazer referência a outras Nações.

É muito importante observar que os Estados Unidos gastam, anualmente, 20 bilhões de dólares em pesquisas, comparado com os países do Oeste Europeu que, em conjunto, dispõem apenas 5. Mais de 3% do produto nacional bruto, da nação norte-americana, é dado para setores de pesquisas, em confronto com apenas 1,5% dos países comparados. Vale citar, ainda, o estímulo que o México fornece no mesmo sentido, pois consigna em seu orçamento ao Ministério da Educação 20%, enquanto o Brasil, para 1967, tem dotado apenas 9,9%, o que representa uma insignificância frente a exigência do crescimento nacional.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, prestigieemos nossos técnicos, criemo-los e façamo-los plantar raízes no Brasil. Consignemos verbas mais elevadas para incentivo e formação de jovens brasileiros interessados nos mistérios da ciência e tecnologia.

E não nos esqueçamos desta grande verdade: além dos pendores próprios de liderança a desabrochar em muitos homens do porvir é imprescindível a colaboração dos homens do presente na modelação do ensino e sua cultura, a fim de que não cresçam sem apoio sejam os líderes de revolta e não de engrandecimento, levando o País ao precipício e não à glória, como é do seu destino.

Prestigieemos os espíritos novos para conseguirmos um novo Brasil, dando-lhes condições de estudo e trabalho, sem nos importarmos com as arremetidas dos velhos e empedernidos veículos de discórdia que batem à nossa porta, com o fim de arrastar-nos à estagnação e, talvez, ao retrocesso.

São estas, Srs. Senadores, as declarações que desejava fazer sobre o Centro Nuclear de Energia Atômica do Planalto.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tenha a bondade, nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Eminentíssimo Senador José Ermírio, não quero que V. Ex^a encerre seu brilhante discurso sem apresentar, de público, as minhas calorosas congratulações por mais este trabalho de caráter econômico que V. Ex^a traz à Nação, ao Senado e ao próprio Governo. Os argumentos que V. Ex^a acaba de expender são de uma seriedade, de uma gravidade sem par, porquanto se evidencia que, enquanto as outras nações estão preocupadas com o problema da energia atômica, mesmo para fins pacíficos, o nosso não tem tido a mesma iniciativa para com o nosso progresso e o nosso desenvolvimento. De modo que, a meu ver, V. Ex^a, além de despertar o Governo para esta ação administrativa de ordem econômica, está despertando no País, sobretudo na juventude, na mocidade, o espírito nacionalista sadio, o nacionalismo que não é ortodoxo, o nacionalismo que não significa o combate sistemático a nenhuma nação do mundo, nem à América do Norte, nem a outras, mas o nacionalismo que visa a defesa dos nossos recursos para assegurar o nosso progresso e desenvolvimento no futuro. V. Ex^a está de parabéns, seu esforço de homem já idoso — mas na verdade de grande patriota — será reconhecido ou já é reconhecido por todos nós, pelo País e deve merecer agora a atenção vigilante do atual Governo da República que, ao que parece, está preocupado também em solucionar os problemas magnos deste País. V. Ex^a está de parabéns, repito, e aceite minhas calorosas congratulações.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, meus sinceros agradecimentos pelo seu aparte. Este País que tem um potencial imenso, reconhecido por todo o mundo, não teve ainda a coragem de tomar uma decisão e criar verbas para fundar escolas metalúrgicas, escolas de minas e de geologia suficientes para uma Nação deste tamanho. Ou criamos um centro físico, de minas, químico, geofísico, geológico e aerogeológico, ou então este País não terá condições de enfrentar o seu futuro.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex^a tem toda razão. Na verdade o momento atual é o da tecnologia, é o da importação de técnicos, da busca de técnicos onde quer que eles se encontrem para desenvolver, tornar ativas e circulantes as nossas riquezas em potencial.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — É o nosso desejo, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, que o Brasil se apresente forte e, onde quer que apareça, fale de igual para igual com as outras nações, com liberdade e independência de pensamento. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro, por permuta com o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, honra-me trazer aos Anais do Senado o registro de dois fatos significativos, comemorados na data de hoje, na vida da imprensa nacional: o 37º aniversário do "Diário de Notícias", o grande órgão fundado por Orlando Dantas, a 12 de junho de 1930; e o 16º aniversário de "Última Hora", criada por Samuel Wainer.

"Como se fôra uma predestinação misteriosa, o "Diário de Notícias" nasceu precisamente naquele dramático ano de 1930, que, por tantos motivos, iria constituir um marco relevante na his-

tória do país. Um marco de renovação e de esperança, mas, ao mesmo tempo, de desencanto e de traição.

Quando surgiu este jornal, em junho de 1930, a pregação democrática da Aliança Liberal empolgava todo o país — e o idealismo e o patriotismo dos que se juntaram para fazer este jornal, de Orlando Dantas e seus companheiros, logo o colocaram a serviço da nobre causa, a tal ponto que, eclodido o movimento revolucionário, menos de três meses depois, já era o "Diário de Notícias" considerado o órgão oficial da Revolução.

Essa posição, contudo, não alterou a linha de correção e imparcialidade do jornal, mesmo em face dos que subiam ao poder para realizar os propósitos do movimento democrático. Numa tomada de posição, que iria ser o paradigma de toda a sua existência, segundo o conceito aristotélico de ser "amigo de Sócrates, amigo de Platão, porém mais amigo da verdade, já o "Diário de Notícias", em plena euforia da vitória revolucionária, começava a denunciar e censurar os primeiros ensaios de distorção e deturpação dos ideais revolucionários, por parte daqueles mesmos que tinham subido ao poder nos ombros do povo e levando as esperanças do povo".

Para mais precisa enunciação das reais diretrizes do grande jornal da Guanabara, fui buscar no editorial da edição de ontem, do "Diário de Notícias", as frases que acabo de ler. Elas dizem do que tem sido a atuação de todos aqueles que, fiéis ao pensamento de Orlando Dantas, têm feito do seu jornal o "amigo da verdade".

Com o mesmo desejo de ser fiel nos comentários que faço, fui buscar no artigo de hoje, de Danton Jobim, as palavras que seguem:

"Última Hora" nasceu entre relâmpagos e trovões, sob o signo de uma apaixonada controvérsia. Teve de abrir caminho através da tempestade, fôsse em consequência da tensão política, fôsse em razão do seu próprio sucesso. Sucesso palpável, evidente, espetacular desde a primeira hora ante o qual despertavam, alarmados, os arraiais da profissão.

Na borrasca que então se desencadeou, o barco poderia socobrar. Mas, para surpresa de muitos, foi varando galhardamente a procela, vencendo um a um os obstáculos que lhe antepunham no caminho.

Entretanto, mal o vento amainou e as águas se aquietaram, a equipe da nossa UH canalizou todas as suas energias, até então concentradas na ansia de sobreviver, para a sustentação de novas lutas. Buscava o aprimoramento de sua fórmula, em seu constante afã de renovar-se.

Esta fôlha nasceu para atender a uma seção cada vez mais larga da opinião que, voltada para o ideal nacionalista, tomava consciência de problemas vitais para o País e clamava pela sua solução".

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No momento em que V. Ex^a assinala o aniversário do "Diário de Notícias" e destaca a participação desse órgão de imprensa nas atividades políticas e culturais do País, convém assinalar que esse brilhante matutino não tem sido, apenas, um órgão independente nas lutas, nos acontecimentos da vida nacional. É digno, sempre, de

se realçar o fato de que, durante o Estado Novo, quando o Governo institucionalizou, por assim dizer, o suborno no País, o "Diário de Notícias" se rebelou e jamais aceitou as gratificações pagas pelo DIP para a publicidade, sempre e crescentemente repetida, no interesse da ditadura.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem dar a esta homenagem o brilho de que carecia.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O aparte do eminente Senador Josaphat Marinho foi, na verdade, um reflexo da modestia que todos reconhecemos em S. Ex^a. Nesta hora, porém, S. Ex^a poderia ter faído em nome do Partido; ao se solidarizar com a homenagem que V. Ex^a presta a um dos mais conceituados jornais da Imprensa brasileira. Na verdade, o "Diário de Notícias" é um jornal singular, porque tem baseado a sua atuação dentro destes três princípios: bravura, patriotismo e amor à verdade. Receba, pois, V. Ex^a minha solidariedade e estou certo de que a solidariedade de todos os elementos que constituem a nossa organização partidária.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito grato ao aparte com que me honrou o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer, Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres — O discurso de V. Ex^a dá ao aniversário do "Diário de Notícias" verdadeira dimensão nacional. Um Senador do extremo Norte é apartado por um Senador do Nordeste e também por um Senador do Leste e, agora, por um Senador do Sul do Brasil, justamente onde o "Diário de Notícias", tem grande campo de ação — todos com o intuito de solidariedade ao preito que V. Ex^a está prestando ao grande matutino. Eu poderia dizer que nós, fluminenses, temos sobejas razões de gratidão para com o "Diário de Notícias", porque esse órgão da Imprensa brasileira mantém uma edição fluminense do DN, com serviços extraordinários prestados a nossa coletividade. Não só a Baixada Fluminense e a capital, mas o sul e o norte do meu Estado têm tido a influência benéfica do "Diário de Notícias". V. Ex^a comemora bem a data e exalta a figura desse homem que extrapolou sua categoria de jornalista aos limites nacionais sendo, hoje, um símbolo do jornalismo sul americano. Embora falecido, continua a ser ele o fênix, uma espécie de luz a apontar os caminhos a todos aqueles que desejam fazer Imprensa com dignidade e com o propósito de servir. O seu filho, o Embaixador João Dantas continua na mesma senda e, seu embargo da juventude, é hoje uma das figuras mais aureoladas mais conceituadas no cenário da Imprensa brasileira. V. Ex^a, eminente Senador Cattete Pinheiro, há de permitir que acrescente a estas manifestações de júbilo, uma homenagem à espósa do falecido Orlanuo Dantas, D. Ondina Portela Dantas que, além da missão jornalística, executa notável obra de assistência social. Sabe, de certo, V. Ex^a, que o "Diário de Notícias", mantém serviços internos de assistência social aos jornalistas e aos seus funcionários e crias, com distribuição de remédios. Tudo isto sob a inspiração da alma tutelar de bondade, que é a veneranda Senhora Ondina Portela Dantas, infatigável nesse trabalho. Por isso — e, talvez, tenha até sido muito bom que a iniciativa des-

sa homenagem tenha partido de V. Ex^a — realmente o "Diário de Notícias" não pertence mais à Guanabara e sim a todo o Brasil.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito grato ao aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Ermírio — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer, Sr. Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — Que o "Diário de Notícias" prossiga no seu lúcido, compreensivo e patriota e que nós, brasileiros o sigamos, com carinho, dedicação, com todas as nossas forças e inteligência, para que a Nação possa ler, diariamente, em suas colunas, os assuntos de verdadeiro interesse nacional.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito grato a V. Ex^a pelo aparte com que me honrou.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Edmundo Levi — O "Diário de Notícias", apesar dos seus trinta e sete anos, é um jornal dos mais atualizados no País, quer na sua feição material, quer no seu aspecto intelectual. É, indiscutivelmente, jornal moderníssimo, que agrada sempre a todos aqueles que o manuseiam. Seus comentários são concisos, mas preciosos, e o prestígio que angariou, em nosso País, não decorreu de um favor público, e sim do reconhecimento ao mérito.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito grato a V. Ex^a.

Sr. Presidente, os apartes com que fui honrado vieram realçar, em todos os sentidos que pudesse desejar, a homenagem a que me propus, principalmente quando procuraram dar maior realce e significação ao trabalho, à ação do "Diário de Notícias" como jornal que realmente faz educação, educação do povo nas suas diferentes seções.

Assim, Sr. Presidente, penso que não poderia justificar melhor a homenagem que me propus prestar aos dois grandes jornais, realçando o transcurso de uma data tão significativa na história da Imprensa brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Não foi revisto pelo orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o oportuno e gratulatório discurso, pronunciado pelo Sr. Cattete Pinheiro, desviou a finalidade da minha inscrição. Desejo, nesta ocasião, tributar, em nome da Bancada do Governo nesta Casa, o preito da melhor homenagem ao "Diário de Notícias".

Há, Sr. Presidente, um conceito secular — e mais do que isso, existe uma verdade histórica, segundo a qual parlamento e imprensa se interligam, e se interligam não apenas nos seus objetivos, nos seus anseios e nos seus ideais, mas, também, e principalmente, pelos fatores que asseguram a sua sobrevivência e a sua estabilidade. Parlamento e imprensa se completam, sem dúvida alguma, e esta é a lição, e esta é a experiência de todas as ocasiões e todas as circunstâncias. São, por assim dizer, xifões pela justaposição de interesses e de condições.

As instituições representativas, Sr. Presidente, sem a torre de ressonância dos seus protestos, dos seus reclamos, das suas críticas, se não contarem com os instrumentos e os órgãos de divulgação, se perderiam na desvaia e na solidão.

E, de igual modo, a Imprensa não poderia contar com as válvulas e com esse sistema de vasos comunicantes da sociedade e da Nação, se não fossem assegurados a perenidade e o funcionamento do regime democrático, na exaltação e na defesa dos ideais de liberdade.

Dai porque, Sr. Presidente, a imprensa merece a nossa homenagem e ela também nos deve o seu respeito e o seu acatamento, pugnando sempre para que continue intocada e intocável a dignidade do Parlamento Nacional.

Essas considerações preliminares, Sr. Presidente, eu as coloco no dorso do discurso aqui proferido pelo eminente Senador Cattete Pinheiro, no instante em que desejamos assinalar, nos Anais da Casa, o transcurso de mais um aniversário do "Diário de Notícias".

São, Senhor Presidente, 37 anos de lutas, de esforços e de esperanças. Foi um jornal que surgiu na agitação e nas cercanias do movimento revolucionário de 1930, que a ela deu o valor e a combatividade de seu apoio à sua solidariedade, por entender que a Aliança Liberal, sob o comando de Getúlio Vargas, de Oswaldo Aranha, de Batista Luzardo e de outros irmãos maiores de então, encarnava o ideal do progresso, a honra e a própria liberdade ameaçada naquela época.

Mas o jornal surgiu sob o signo da independência e no momento em que o "Diário de Notícias" verificou que alguns chefes daquele movimento descambavam para o continuismo e para os propósitos ditatoriais, o vibrante matutino de Orlando Dantas não teve dúvidas em se colocar em posição diametralmente contrária, combatendo a ditadura, defendendo os ideais da revolução constitucionalista de 1932 e, como disse o eminente Senador Josaphat Marinho no seu oportuno aparte, não cedeu nem à fascinação, nem às pressões do subórdo do DIP de então.

Mas desejo completar o sentido do aparte do ilustre Senador baiano. Não apenas deixou de receber a pecúnia ditatorial, como foi o jornal brasileiro que maior quantidade de multas recebeu dos órgãos da ditadura.

Mais tarde, conseguida à custa apenas do favor público a sua emancipação econômica, o "Diário de Notícias" prosseguiu na prestação do melhor serviço à democracia, à liberdade e ao desenvolvimento nacional em todos os ângulos da sua atividade.

É um jornal, Senhor Presidente, que vive realmente numa intensa área da sensibilidade popular; é um jornal que circula sem ódio, sem rancor, é um jornal que captou o respeito e a confiança do meio militar e obteve, também, de igual modo, o aplauso; o estímulo e o incentivo do meio civil, realizando assim o ideal do equilíbrio e, por via de consequência, a admiração, a simpatia e o louvor de toda a Nação brasileira.

Com estas palavras, Senhor Presidente, desejo, ao gravar nos Anais da Casa, em nome da Bancada do Governo, a auspiciosa efeméride saudando os 37 anos de vida do "Diário de Notícias", endereçar à memória do seu fundador, o Senhor Orlando Dantas, o respeito desta evocação, endereçando também, aos seus sucessores, na pessoa do jornalista João Dantas, a sinceridade das minhas congratulações de envolta com os melhores votos para que o "Diário de Notícias", coerente e fiel às inspirações do seu fundador, com os olhos postos na Democracia e na liberdade, prossiga sempre e sempre na sua vitoriosa trajetória. (Muito bem) (Muito bem) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores: os apartes dos nobres componentes da Bancada Opositorista representaram, na verdade, o pensamento da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Estamos certos de que sem Imprensa livre, liberta do medo e das pressões, não há Parlamento livre.

O Brasil democrata comemora o aniversário do "Diário de Notícias" e também o aniversário da "Última Hora" — o primeiro, criado pela vontade, pela inteligência, pela capacidade de organização e pelo espírito democrático de Orlando Dantas; o segundo, pela ousadia e intrepidez de Samuel Wainer.

O criador do "Diário de Notícias" não mais vive, já transpôs os umbrais da eternidade, deixando um grande nome para que os seus descendentes, nele inspirados, pudessem continuar sua tradição de honra e de dignidade. O criador do segundo está no estrangeiro, por não achar condições para continuar exercendo a nobilitante função de jornalista no seu próprio País.

O primeiro deles, Orlando Dantas, foi uma inspiração para mim nos tempos da minha juventude. Eu era deputado estadual numa época das mais conturbadas da história do meu Estado, o das Alagoas. Parti com destino ao Rio de Janeiro, a fim de conversar com o diretor-proprietário do "Diário de Notícias", explicando-lhe a razão da nossa luta e a situação exata, a situação política e econômica do meu Estado, pequenino mas de tão gloriosas tradições, pelos vultos que tem dado ao Brasil, desde o Barão de Penedo, o grande diplomata, a Arthur Ramos, desde Deodoro, passando por Floriano Peixoto, até a figura distadíssima do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, desde Foryna Cavalcanti ao grande romancista de fama internacional, que foi Graciliano Ramos.

No Rio de Janeiro, encontrei simpatia e incentivo. Aquêle homem, que tinha um aspecto assim duro, aspecto exterior, quando conversávamos com ele sentíamos que nos encontrávamos diante de um homem que tinha como lema a paixão da verdade, a paixão da justiça, a paixão do direito; cultivava a verdade, a justiça e o direito, amava a paz, embora um lutador extraordinário, que se batia diuturnamente por que houvesse neste País um sistema democrático de governo à altura do mundo contemporâneo.

Samuel Wainer criou "Última Hora" num momento difícil para o País. Era a "Última Hora", como que a undécima hora, sentindo a necessidade da estruturação, de mobilização das correntes populares deste País, como um ponto de partida para a grande arrancada de libertação econômica da pátria comum de todos nós.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com todo o prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Creio que vou precisamente ao encontro de seu pensamento se salientar que "Última Hora", além de surgir para a abertura de uma grande campanha de afirmação de independência cultural e econômica do País, apareceu também para revolucionar a própria organização material do jornal no Brasil. Ainda hoje, a sua feição gráfica, a apresentação de seus títulos e subtítulos oferece singularidades que a distinguem de grandes jornais do País que mantêm a feição conservadora de outros tempos. E assim, também, um jornal rebelde à própria rotina, tão dominante no País.

O SR. AURELIO VIANNA — É um aparte oportuníssimo o de V. Exª. E, Sr. Presidente, não iremos citar aqueles jornalistas admiráveis que se

constituíram na própria dinâmica dos órgãos de imprensa a que nos referimos. Se eu fosse falar deles, sobre eles, com relação ao "Diário de Notícias", faria uma homenagem extraordinária a Osório Borda, aquele cactus do Nordeste, aquele pensamento firme, aquela pureza que todos nós admirávamos; com relação à "Última Hora" falaria de Josimar, aquele jovem de inteligência firme, que tanto colaborou para o desenvolvimento da imprensa, informando bem ao País, levando aquilo que se passava nos subterrâneos da política brasileira ao conhecimento do povo; falaria daqueles que ainda hoje dão vida, colaborando com a direção dos jornais, para que haja, na verdade, uma imprensa que se empenhe, ao lado de um Parlamento também liberto, porque, lá dizia um dos oradores, não se entende um país democrático com uma imprensa coagida ou com um Parlamento vítima de pressões que traduzam no medo.

Senhor Presidente, a nossa bancada também se congratula com os aniversariantes.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte.

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Confesso a V. Exª que não sabia do transcurso do aniversário de "Última Hora", coincidindo com o do "Diário de Notícias", senão teria focalizado esse acontecimento igualmente auspicioso para a imprensa brasileira.

O SR. AURELIO VIANNA — Ninguém tem dúvida.

O Sr. Eurico Rezende — Mas aproveito a oportunidade do seu discurso para significar a minha saudação à "Última Hora" que, como muito bem salientou V. Exª, abriu uma frente nova no debate democrático brasileiro. Foi um jornal que de logo — e creio que para isso foi fundado — mobilizou as camadas populares em torno dos temas nacionalistas. Isto provocou a formação de uma outra corrente e verificamos que, a partir da fundação de "Última Hora", mais se robusteceu e se tornou frequente o debate, por exemplo, em torno da defesa de nossos recursos minerais. Quer-me parecer que, além do aplaudido aspecto gráfico, bem salientado no aparte do eminente Senador Josaphat Marinho, além dessa moldura de técnica jornalística moderna, "Última Hora" deu um toque de convicção para aquelas grandes debates. Pouco importam as idéias que sustentamos, pouco importam as bandeiras políticas que desfraldamos porque, ao final, todos temos uma idéia comum, que é a defesa da nossa emancipação, da nossa soberania e da nossa dignidade, e todos nós juramos apenas uma bandeira — a bandeira do Brasil. Dai porque, pedindo desculpas por não ter registrado, no meu pronunciamento, as vozes congratulatórias da Bancada do Governo também em torno do aniversário de "Última Hora", quero, valendo-me do discurso de V. Exª, dirigir a minha saudação a esse vibrante vespertino, formulando votos para que prossiga na prestação do melhor serviço ao debate democrático neste país.

O SR. AURELIO VIANNA — Muito agradecido a V. Exª.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exª permite um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero, também, trazer as minhas congratulações ao jornal nataliciante e o faço como representante do Estado do Rio, grato a esta fôlha que mantém uma edição fluminense, prestando relevantes serviços à nossa coletividade, principalmente nos setores trabalhistas onde encontra guardida o jornal cujo

aniversário, V. Exª saúda com palavras tão firmes e eloquentes. Permite V. Exª que, neste instante, exalte a figura do grande jornalista Danton Jobim, verdadeiro príncipe dos jornalistas brasileiros, homem que trabalhou com um dos profissionais de maior relevo neste País, o saudoso José Eduardo de Macedo Soares, em cuja vivência e escola adquiriu a facilidade de transmitir o pensamento, de maneira sintética e empolgante, aos seus leitores. Permite-me ainda que axalte os bons serviços prestados ao Brasil, principalmente ao Estado do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar no Senado da República.

O SR. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, assim, esta constelação de apartes, com os discursos aqui pronunciados, particularmente o de V. Exª, comemora-se, no Senado da República, o aniversário de dois órgãos dos mais poderosos da imprensa brasileira.

Orlando Dantas passou o bastão de comando do jornal que fundou, particularmente, ao filho, o Embaixador João Dantas, e Dona Ondina Dantas vem realizando uma grande obra naquele jornal. Samuel Wainer passou o comando de "Última Hora", porquanto afastado do País, ao jornalista Danton Jobim.

O velho Mangabeira, tempos antes de morrer, dizia-me: "Aurélio, há necessidade de uma coragem neste País, de um tipo de coragem diferente". Não me surpreendia com os pensamentos de João Mangabeira, e esperava que-me dissesse qual o tipo de coragem de que o Brasil necessitava. Então exprimi-se assim: "Há necessidade de um tipo de coragem diferente, a coragem do bom-senso, a coragem do equilíbrio".

Pois Danton Jobim, em guardando fidelidade aos princípios oposicionistas deste País, caracteriza a sua ação à base daquela coragem a que se referiu Mangabeira — a coragem do equilíbrio, a coragem do bom-senso.

Que esses dois grandes jornais cresçam, continuem a tradição dos seus fundadores: fidelidade à democracia, às instituições democráticas, ao nacionalismo brasileiro, às liberdades fundamentais do homem, do cidadão.

Estamos certos de que o apoio que têm da opinião pública é pela fidelidade que mantêm a um passado, embora recente, e à tradição deixada pelos seus fundadores.

Senhor Presidente e nobres Senadores, glória, sempre, à imprensa livre deste País. (Muito bem!) (Muito bem!) (Palmas).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Clovis Maia
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Sebastião Archer
Paulo Sarasate
Ruy Carneiro
Leandro Maciel
José Leite
Paulo Torres
Lino de Mattos
João Abranção
Armando Storni
Pedro Ludovico

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes apenas 29 Senhores Senadores. Não há, portanto, *quorum* para deliberação.

As matérias constantes dos itens 1 e 2 da Ordem-do-Dia estão em fase de votação.

Ficam transferidos para amanhã, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 382, de 1967, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1963, nº 418-B de 1959, na Casa de origem, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum dos Senhores Senadores desejando manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, dou-a como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Artigo 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar na Câmara o estudo das emendas ao Senado é designado o nobre Senador Paulo Sarrazate, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

E' a seguinte a Redação Final aprovada.

PARECER Nº 382,
DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1963 (nº 418-B de 1959, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1963 (nº 418-B de 1959, na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — José Leite, Relator. — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 382
DE 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1963 (nº 418-B de 1959, na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)
Suprima-se o art. 8º do projeto.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CF)
Dê-se à tabela a que se refere o artigo 3º a seguinte redação:

Nº de cargos — Carlos Paçrão ou Classe

Cargos isolados de provimento efetivo.

1	Médico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	PJ-3
1	Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	PJ-1
1	Distribuidor	PJ-4
2	Chefe de Secretaria das 2ª e 3ª J. C. J.	PJ-1
2	Chefe de Secretaria das J. C. J. de Crato e Sobral	PJ-2
2	Oficial de Justiça das 2ª e 3ª J. C. J. de Fortaleza	PJ-8
2	Oficial de Justiça das J. C. J. de Crato e Sobral	PJ-9
	Cargos de carreira	
4	Oficial Judiciário das 2ª e 3ª J. C. J. de Fortaleza	PJ-7
8	Oficial Judiciário das J. C. J. de Crato, Sobral e Parnaíba	PJ-7

7 Auxiliar Judiciário das 2ª e 3ª J. C. J. de Fortaleza e das J. C. J. de Crato, Sobral e Parnaíba PJ-9

7 Servente das 2ª e 3ª J. C. J. de Fortaleza e J. C. J. de Crato, Sobral e Parnaíba PJ-13

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

Item 4.

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 383, de 1967, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1967, nº 1.879-B de 1964 na Casa de origem que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 910.388,66 (novecentos e dez mil trezentos e oitenta e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1967, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum dos Senhores Senadores desejando manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que a Redação Final seja submetida a votos, dou-a como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do artigo 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo na Câmara dos Deputados é designado o nobre Senador Antônio Balbino, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E' a seguinte a Redação Final aprovada.

PARECER Nº 383,
DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1967 (nº 1.879-B de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1967 (nº 1.879-B de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 910.388,66 (novecentos e dez mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1967, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — José Leite, Relator. — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 383
DE 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1967 (nº 1.879-B de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 910.388,66 (novecentos e dez mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1967, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)
Suprima-se o parágrafo único do art. 1º.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

Item 5:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 385, de 1967), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1967, nº 1.934-B de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidos pelas enchentes.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não tendo havido emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Artigo 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar na Câmara o estudo das emendas do Senado é designado o Senhor Senador Antônio Balbino.

E' a seguinte a Redação Final aprovada.

PARECER Nº 385,
DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1967 (nº 1.934-B de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1967 (nº 1.934-B de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidos pelas enchentes.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — José Leite, Relator. — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 385
DE 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1967 (nº 1.934-B de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidos pelas enchentes.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)
Ao parágrafo único do art. 1º.
Suprima-se.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 6:

Discussão em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 384, de 1967) do Projeto de Resolução nº 49, de 1937, que suspende a execução do art. 4º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 8.675, de 29 de janeiro de 1955, do Estado de São Paulo.

de 28 de janeiro de 1965, do Estado de São Paulo.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.
Não tendo havido emendas, nem requerimentos para que a Redação Final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 384, DE 1937

Da Comissão de Redação

Redação Final do Projeto de Resolução nº 49, de 1937.

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1937, que suspende a execução do art. 4º e seus §§ 1º e 2º da Lei número 8.675, de 29 de janeiro de 1955, do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — José Leite, Relator. — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 384/67

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1937.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 43, nº IV, da Constituição Federal, e eu,, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1937

Suspende a execução do art. 4º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 8.675, de 29 de janeiro de 1955, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 2 de março de 1956, nos autos da Representação nº 677, a execução do art. 4º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.675, de 29 de janeiro de 1955, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Térça-feira

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 421, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Ney Braga, solicita a constituição de uma Comissão Mista, composta de 5 Srs. Senadores e 5 Srs. Deputados, para no prazo de 120 (cento e vinte) dias, examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture esta autarquia, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 376, 377 e 378 de 1967, das Comissões: de Indústria e Comércio; de Agricultura e de Economia.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 453, de 1967, pelo qual o Sr. Senador José Ernirio, solicita a criação de Comissão Mista do Con-

gresso Nacional, para o estudo dos problemas agropecuários e seu reflexo na economia nacional, tendo: *Pareceres favoráveis*, sob ns. 379 e 375, de 1967, das Comissões: de Agricultura e de Economia.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, (nº 298-A-66 na Casa de origem), que reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União, proferidos nas Sessões de 28 de maio, 14 de julho e 20 de agosto de 1965, tendo *Pareceres favoráveis*, sob ns. 368 e 369, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, (nº 288-A-66 na Casa de origem), que torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de concessão de reforma ao soldado Luiz Hammes, tendo *Pareceres favoráveis*, sob ns. 370 e 371, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, (nº 305-A-67 na Casa de origem), que aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução número 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965, tendo *Pareceres favoráveis*, sob ns. 352 e 353, de 1967, das Comissões: de Relações Exteriores; e de Educação e Cultura.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 548, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do artigo 212, letra y, do Regimento Interno, transcrição nos Anais do Senado da oração proferida pelo Senador Auro Moura Andrade, na sessão do Congresso Nacional, em 7-6-67.

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.)

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Argemiro de Figueiredo na sessão de 30 de maio de 1967, que se reproduz por haver saído com incorreções.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conheço o pensamento político dos meus companheiros de organização partidária; conheço o espírito público de todos eles e acredito que as palavras que vou pronunciar, os conceitos que vou emitir não significarão uma divergência da linha de conduta por eles adotada.

O Líder do meu partido várias vezes tem-se pronunciado nesta Casa no mesmo sentido que as minhas palavras são significar: outros oradores do nosso grupo o têm feito, dentro do mesmo critério de ação. Mas se, porventura, algumas palavras ou algumas expressões fugirem ao modo de entender dos meus companheiros a responsabilidade por elas será minha, exclusivamente minha. Significa, Sr. Presidente, que o meu Partido não ficará comprometido nos conceitos que vou emitir. (Lendo)

Sr. Presidente, a palavra de um opositor é quase sempre ouvida com escassez de autoridade pelos que conceituam as organizações políticas situadas fora dos quadros governamentais como força de combate pene e sistemático. Em toda a minha vida pública, quer na chefia do governo do meu Estado quer nos longos anos de atividade parlamentar, sempre considerei desarrazoado e ilógico aquele conceito de oposição, no ângulo da filosofia partidária. Os partidos políticos sérios têm a sua estrutura orgânica arrimada em princípios e idéias, que constituem uma mensagem de felicidade e bem-estar do homem e da comunidade. Qualquer que seja a ideologia que eles enfeixem como programa de luta, de propaganda e de ação, há sempre nêles uma meta comum de espírito público visando a ordem social, política e econômica, mais adequada à conquista dos bens da civilização. Essa afinidade ou identidade de objetivos repele a idéia de caráter obstinado e sistemático que se empresta às oposições. As Oposições e aos próprios partidos governistas. Para esses radicalistas, ser governo é destruir as organizações que eles divergem, por todas as formas e por todos os meios; e ser opositor é lutar pelo desprestígio do governo, sem tréguas e sem discriminações, nos caminhos errados ou certos que ele venha tomando.

Sempre combati esse desarrazoado e insensato modo de pensar, Senhor Presidente. Os Anais desta Casa e da Câmara dos Deputados, onde tantas vezes registrei as minhas palavras, como integrante dos partidos em que tenho militado, comprovam a autenticidade e a coerência dessa minha conduta de homem público. As oposições, sobretudo nos regimes democráticos são, sem dúvida, forças vencidas, minoritárias, cujo respeito e prestígio, apoiam-se na dignidade das atitudes, na fidelidade e intransigência dos princípios, na lealdade dos compromissos assumidos e na sinceridade dos postulados que lançam em defesa do povo. Se elas fogem à luta, quando devem lutar, face aos governos errados; elas se curvam ao poder, quando o arbitrio lhes restringe ou sufoca a liberdade; se elas marginalizam o dever da fiscalização e da vigilância, e os atentados aos interesses sociais são cometidos sem reação e sem protesto, aí, Sr. Presidente, elas deixam de constituir organizações humanas capazes de sobrevivência digna, para se transformarem em ajuntamentos nocivos, desprezíveis, arruinados nas forças morais, que sustentam, em nível de honra e respeito, os homens e as comunidades políticas.

Diferentes não são, para mim, as oposições, contaminadas pelo ódio, pelos interesses subalternos ou pelo pensamento da subversão. Elas perdem também o caráter de corrente de opinião pública, capaz de se impor ao respeito de todos, para descerem ao plano da insensatez e da loucura. Embaraçam, solapam, difamam, injuriam subvertem. E' o processo das oposições sistemáticas. Essas preliminares Sr. Presidente, não são lançadas sem objetivos preconcebidos. O nosso partido político, ou seja, o Movimento Democrático Brasileiro, não é um órgão político de corruptos nem de corruptores. Não irá bater às portas do governo na busca de um lugar, nas linhas dos que o defendem e obedecem. Não trairá a bandeira dos seus princípios, nem desertará dos ideais que polarizam os seus homens. Mas, não fugirá aos deveres da cortesia cívica. Ao império do patriotismo. Aos chamamentos da razão e do bom senso. Nesta Casa, onde se estela o equilíbrio da Federação e onde a loucura das paixões não tem acesso; nesta Casa, Sr. Presidente, não haverá M.D.B. e ARENA, sempre que estiverem em jogo os altos interes-

ses desta nação, inquieta e sofrida. Haverá sim, brasileiros e patriotas, irmanados pelo pensamento comum e altaneiro de oferecer ao país, tudo de que se possam dispor para arrancá-lo das crises que o esmagam e torná-lo feliz, próspero e respeitado. Neste ângulo não haverá discriminações. E' o nosso pensamento. Sr. Presidente, sobretudo, nesta hora.

Está na chefia do governo um militar. Um militar que sucedeu a outro militar. O primeiro lançado ao poder na crista de uma revolução e pela força das armas. O segundo, em mais sereno ambiente, assumiu a Presidência da República através de uma eleição indireta, realizada pela maioria do Congresso Nacional. O primeiro era o arbitrio, justificado em parte pelo ardor revolucionário que dominava; o segundo investiu-se, no poder, sob a égide e a disciplina de uma Constituição.

Combateamos o primeiro, especialmente no setor dos atos ditatoriais. Quanto ao segundo, só lhe vetamos, até hoje, o processo indireto da eleição. Mas, não lhe negamos o caráter constitucional de governo. Há uma ordem jurídica instituída. Há uma Constituição em vigor. Já é uma tranquilidade, Sr. Presidente. O que se impõe agora é a restauração de uma autêntica normalidade democrática. Neste aspecto, confesso a minha confiança no atual Chefe da Nação. Os primeiros atos do seu governo, tenhamos a coragem de confessar, despertaram fecundas esperanças no seio do povo. Sente-se a reintegração do espírito humano na ação governamental. Os tangidos pela Revolução para os países estrangeiros, onde sofrem as saudades da Pátria e necessidades materiais, já podem retornar ao território do nascimento. Cada um garantido no direito de defesa contra as irregularidades e crimes que lhe foram imputados.

Juscelino Kubitschek, o homem que plantou esta cidade jovem e imortal, o administrador arrojado da política de desenvolvimento industrial deste país; o gigante de Furnas e Três Marias; o lutador singular no combate aos efeitos das secas do Nordeste; o inesquecível benfeitor de minha cidade natal; Juscelino, Senhor Presidente, já tem o direito de palmilhar o solo pátrio; de rever a genitora envelhecida, já nos pórticos da última caminhada; de ficar ao lado da filha enferma. E ficar sem os vexames, e sem as humilhações, que deixam o corpo vivo e matam a vitalidade da alma.

Todos nós sentimos o tônico de uma alvorada de liberdade. Não destruíam o esplendor dessa visão.

O sentimento nacionalista puro, que vibra em nossos corações, toma o alento das ressurreições. Se as linhas do governo ainda não se positivaram bem no campo da economia nacional, sente-se, entretanto, uma parada nos temores de uma política de desnacionalização da indústria brasileira. As classes produtoras, esmagadas pela pressão tributária, esperam o alvará de sua libertação. Não pleiteiam privilégios incompatíveis com o espírito de igualdade, mas precisam do amparo e dos estímulos do Estado, como artifícios que são da riqueza e da prosperidade de todas as nações. Há, sem dúvida, um turbilhão de erros a corrigir. Uns de passado remoto; e outros recentes, praticados no desencadear da paixão revolucionária. Cabe ao governo a tarefa nobre e árdua de corrigi-los.

As classes operárias ainda tremem de espanto e de medo. O medo que humilha, rebaixa e amesquinha os nossos foros de civilização e de cultura. O medo de reivindicar o pão para estômagos vazios. O medo de lutar por uma ordem social justa e humana que assegure condições de dignidade à vida de seres humanos.

Ninguém pleiteia de um governo nascente o milagre da solução ime-

diata de velhos e crônicos problemas. O que deseja a nação é que se afirmem e se positivem as linhas governamentais. Nós iremos acompanhar, vigilantes, os passos do eminente Chefe da Nação. Acompanhar, para ajudá-lo nas caminhadas redentoras. Acompanhar, para adverti-lo e combatê-lo nos erros que cometer.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer!

O Sr. Pedro Ludovico — Estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V. Exª. Referiu-se o nobre colega ao modo de agir de três governos: o do Marechal Castello Branco, o do Sr. Juscelino Kubitschek e o atual, Marechal Costa e Silva. Hoje, na Câmara dos Deputados, um Deputado por Goiás, Dr. Paulo Campos, através de discurso, fará um confronto entre o Governo do ex-Presidente Castello Branco e o do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Provará que o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi muito mais tranquilo, muito mais ordeiro, muito mais humano do que o do ex-Presidente Marechal Castello Branco, que emitiu mais do que os últimos governos reunidos; provará que o Governo de Juscelino Kubitschek produziu muito mais para o Brasil, do que o do Marechal Castello Branco, enfim, fará um confronto desapassionado, sério, em relação a esses dois governos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte com que me honra o eminente Senador Pedro Ludovico. Agradeço porque, sempre que S. Exª intervém nos meus discursos o faz no sentido de me prestar ajuda ou para defender um alto ponto de vista. S. Exª é homem respeitável, por todos os títulos, por sua dignidade, por seu espírito público, por sua coragem cívica.

O Sr. Pedro Ludovico — Obrigado a V. Exª.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Lamento não ser, hoje objetivo do meu discurso confronto com aquele com que vai honrar a Câmara Federal o ilustre representante goiano. Poderia fazê-lo, mas, por ora, outro é o meu intento. O propósito que nos anima, neste instante, de todo coração, de alma aberta, é sentir que temos um dever supremo, nesta hora grave, que é o de esquecer, tanto quanto possível, os erros do passado, os erros de todos os governos. Unamo-nos, porém, não com o pensamento numa luta titânica e pouco nobre que, no passado, infelizmente, influíu para condanzar o País à desordem econômica, social e política em que se encontra.

Não privei com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Acompanhei o Governo do Marechal Castello Branco. Mas, de Juscelino só direi que nenhum homem poderia ter espírito mais cheio de humanidade e melhor carregado pela vaidade, pelo desejo de servir à Nação do que aquele que hoje, felizmente, voltou ao território nacional.

Sabe o Senado que quando os nossos mandatos caíam sob a guilhotina das cassações, quando a Revolução dominava o País com aquela fúria em que a terra parecia fugir dos nossos pés, numa tarde como esta, tarde mais melancólica, é verdade, talvez nesta mesma hora, o Presidente desta Casa anunciava que já não era mais Senador. O ex-Presidente Juscelino Kubitschek, porque seu mandato havia sido cassado.

Eu não era do seu partido, do Partido Social Democrático, eu era do Partido Trabalhista Brasileiro, mas conhecia o homem que acabava de ser vítima daquela violência, conhecia sua ação política, embora não privasse da sua intimidade pessoal. Era um homem que, como disse no início do meu discurso, implantara, dentro deste cerrado, uma cidade que haveria de ser a glória dos brasileiros e admiração de todo o mundo — Bra-

sília. Era o homem que enfrentara o problema de Furnas, de Três Marias, o homem que construiu, em seu Governo, mais obras de armazenamento de água para resolver problemas das secas do que todos os seus antecessores juntos. O homem que havia salvo a minha terra das angústias da sede libertado, arrancado das garras da morte Campina Grande, a terra onde nasci, dando-lhe água e saneamento.

Com o homem que inicia, neste País, a política do desenvolvimento industrial eu então me solidarizei e manifestei-me contra aquela violência. Senhores, mesmo sem ter deveres políticos e partidários para fazê-lo. Tinha, porém, o dever da brasileiro, o dever de patriota, o dever de nordestino, o dever de paraibano, o dever de campinense e, desta tribuna, pronunciei discurso forte e veemente, lendo, ao mesmo tempo, telegrama que acabara de passar ao ex-Presidente vencido, com seu mandato cassado e com seus direitos políticos suspensos.

Daquela atitude que eu tomava só poderia advir medida idêntica — a de cassação de meu mandato e suspensão de meus direitos políticos. Mas não hesitei.

Não é, assim, somente o bravo representante goiano que nutre essa admiração e tem essa coragem de pronunciamento, em torno dos homens públicos do Brasil.

Ao Presidente Castello Branco, chefe militar numa fase revolucionária — e eu bem conheço os movimentos revolucionários porque, através de minha vida pública, tive de enfrentar ou tive de testemunhar alguns movimentos desta natureza — não posso criticar. A revolução é a subversão, a desordem, e é impossível exigir ordem e justiça quando uma nação é contaminada por um ambiente dessa natureza. Não o critico pelos atos iniciais praticados no início da revolução. Não, Sr. Presidente. Era a agitação, era a desordem, era um pensamento diferente, fora da lei, fora da Constituição, e as injustiças, naturalmente, teriam de se praticar ao sabor de líderes que partilharam do movimento sem o mínimo espírito público, sem as mínimas condições morais e políticas, homens que talvez tenham entrado no movimento com o objetivo exclusivo de colher proveitos pessoais.

Do Marechal Castello Branco, que poderei dizer, Srs. Senadores? Que não teve espírito humano quando, cessadas as paixões partidárias, continuaram as violências e os erros. Senti que a indústria brasileira parecia perder a sua vitalidade, sufocada com os atos do Governo, que deveriam ser de estímulo. Sentia que havia como que uma política criminosa de desnacionalização da indústria brasileira como afirmei no meu discurso. Mas nunca poderei pensar, como já disse uma vez em aparte, que os soldados brasileiros possam cometer o crime de traição à Pátria, nunca poderei afirmar, Sr. Presidente e Senhores Senadores, que nas nossas gloriosas Forças Armadas haja um homem capaz de vender este País a qualquer Nação estrangeira, seja ela a América do Norte, a União Soviética ou a China. Mas a política que se praticava era errada e a todos nós que sentimos o estímulo de um nacionalismo puro, dava impressão de que, dentre em pouco, este País deixaria de ser dos brasileiros para ser de estrangeiros.

Ressalto, já o afirmei em aparte a um dos eminentes colegas quando se ocupava da figura do Marechal Castello Branco, a sua dignidade pessoal, a sua honradez pessoal, e o faço Senhor Presidente porque tenho como princípio só admitir a culpabilidade dos homens quando tenho elementos para fazê-lo.

Tenho uma vida pública já longa, e sei quantos homens inocentes são

arrastados ao pelourinho da agonia pela difamação, pela injúria, acusados de atos que nunca foram capazes de praticar. Sei, Sr. Presidente, o quanto doi no espírito de um homem honrado a acusação de improbidade sem prova e, por isso, muitas vezes me rebeli contra aquelas cassações violentas de mandatos, sem que se assegurasse aos acusados, às vítimas dos atos revolucionários, ao menos o direito elementar de defesa, direito que nunca se negou a ninguém. Mesmo as nações totalitárias organizam tribunais, tribunais que, na verdade, não inspiram confiança, mas respeitam pelo menos a ordem, a civilização, a cultura universais. São tribunais que julgam acusados que podem se defender, embora sabendo que serão condenados fatalmente. Mas, aqui, as acusações se repetiam, as violências se repetiam sem que se assegurasse, ao menos, o direito de defesa aos acusados.

Nobre Senador Pedro Ludovico, eu agradeço sinceramente o aparte com que V. Ex^a me honrou. E essas comparações, esses paralelos entre governos passados, se não têm, digamos o heroísmo daqueles que enfrentam situações difíceis, como todos nós enfrentamos aqui; têm a grande virtude, não só de advertir o Governo que aí está — militar que é — como de, um dia, através desse paralelo entre atos governamentais de vários titulares processar uma seleção de méritos, esclarecer os atos administrativos, revelar os pecados veniais e mortais; enfim, orientar a nação para que ela, quando se restaurar, em sua integridade, a democracia que todos nós queremos, possa o povo errar menos, escolhendo os seus governantes com melhor critério, mais serenidade, melhor espírito de justiça, maior amor à Pátria e mais espírito público.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Estou contente em ter-lhe oferecido o meu aparte, porque verifiquei que V. Ex^a de improviso, falou com mais eloquência, mais brilhantismo, mais senso, mais cultura, qualidades que Vossa Excelência tem em demasia.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Ludovico — De sorte que este meu aparte, inserido no seu discurso, me dá esta satisfação: fez com que V. Ex^a se estimulasse para falar como V. Ex^a sempre fala, para o bem do País, para o bem do povo brasileiro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — E' um aparte honroso, que incorporo ao meu discurso, pelas qualidades excepcionais do espírito de V. Ex^a.

Prosseguindo, Sr. Presidente, dizia eu: (Lendo)

A sucessão simultânea de governos militares não arrepia o sentimento civilista, da Nação. O que almejamos é a restauração da soberania do povo. Civis e militares, subam ao poder os que receberem o batismo da legitimidade na fonte sagrada da vontade popular: Essa é a grande reivindicação que formulamos em nome da liberdade e da democracia. Já tivemos na Presidência da República, militares que não fabricavam leis à ponta de espadas. Presidentes que punham as espadas em defesa das leis, emergentes da soberania popular. Foram mais civilistas do que muitos civis que ocuparam a Chefia da Nação.

A filosofia do militarismo é a negação da liberdade e da democracia. O civilismo ortodoxo é a negação da igualdade consagrada na vida social e jurídica dos povos livres e cultos.

Sr. Presidente, esta Nação precisa de ordem, de paz e liberdade. Se a ordem e a paz não se consolidarem

nas mãos do governo, que ora conduz os nossos destinos, não sei aonde poderemos chegar. A ordem de que falamos não é aquela que se conquista sob o império da violência. Não é aquela assinalada pelas ruas desertas, porque se veda ao povo o direito de reunião. Não é a do silêncio melancólico imposto a estudantes e operários, que não falam porque não podem falar. Não é aquela que põe termo aos embates democráticos; sob a ameaça dos tribunais de segurança. Não é aquela que deforma a uniformiza compulsoriamente a voz da imprensa, porque a liberdade de crítica lhe foi cercada. A ordem e a paz de que falamos, Sr. Presidente, arrimam-se na liberdade disciplinada pela lei.

A liberdade que dinamiza as forças vivas da nação, com o trabalho organizado e protegido; o povo reintegrado

do nos seus direitos civis; os Poderes da República independentes na órbita de suas prerrogativas constitucionais. Liberdade ordem; liberdade de paz; liberdade confiança da comunidade na grandeza de seus dirigentes; liberdade, tranquilidade de espírito; liberdade progresso; liberdade, o Brasil na posse de si mesmo; liberdade, a Pátria poderosa e livre da escravidão econômica; liberdade, civis e militares unidos e confraternizados debaixo do céu azul de nossa terra pontilhado de estrelas.

Ah, Sr. Presidente, Deus inspire os nossos homens. Ilumine a consciência dos nossos governos. Façamos juntos a grande Revolução, ideal supremo de todos nós, que é a Revolução da unidade nacional e da felicidade comum de todos os brasileiros. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 6 de junho de 1967, ao tomar conhecimento da existência de vagas nas carreiras de Oficial Legislativo, Auxiliar Legislativo, Portaria e Motorista, organizou, nos termos do art. 98 da Resolução nº 6, de 1960, as seguintes listas:

Carreira de Oficial e Auxiliar Legislativo

Vaga decorrente da nomeação de José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-3, para outro cargo, conforme Resolução nº 31/67 — DCN de 17-3-67.

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 (Critério: Merecimento)

Concorrem:

- 1 — Marília Távora
- 2 — Neuza Rita Perácio Monteiro — vinda de lista anterior.
- 3 — Stella Mendonça da Cunha — vinda de listas anteriores.

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 (Critério: Merecimento)

Concorrem:

- 1 — Almerinda Vianna Baker — vinda de listas anteriores.
- 2 — João Baptista Castejon Branco — vindo de lista anterior.
- 3 — Lygia Abreu Alagemovits.

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 (Critério: Antiquidade)

Cabe a Leda Fialho Dinis Martins.

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Critério: Acesso — Merecimento Absoluto

Concorrem os ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Legislativo (PL-7), com interstício até a data da vaga, de acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962:

- William Machado Newton
Genoveva Ayres Ferreira Dias
Laurita Fanaia de Barros
Evandro Mesquita
Hélio Dolher da Silva
Sylvia Minazi Mantovani Peixoto
Fernando Silva de Palma Lima
Izabel Magalhães Evangelista
Marcelo Zamboni

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 (Critério: Merecimento)

Concorrem aqueles que sobram da lista correspondente à vaga de Dyrno Jurandir Pires Ferreira (Celso Luiz Ramos de Medeiros, Maria de Lourdes Veiga, vinda de lista anterior; Victor Rezende de Castro Calado, vindo de lista anterior) e mais Iracema da Costa e Silva de Castro

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 (Critério: Merecimento)

Concorrem:

- 1 — Geraldo Sobral Rocha — vindo de listas anteriores
- 2 — Neide Therezinha da Luz
- 3 — Regina Pelosi Silva

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 (Critério: Antiquidade)

Cabe a Fernando Fonseca

Carreira da Portaria

Vaga decorrente da nomeação de Moisés Júlio Pereira, Auxiliar de Portaria, PL-9, para outro cargo, conforme Resolução nº 21/67 — DCN de 9-3-67.

De Auxiliar de Portaria, PL-10 a PL-9 (Critério: Antiquidade)

Cabe a Francisco das Chagas Carvalho.

De Auxiliar de Limpeza, PL-11 a Auxiliar de Portaria, PL-10 — *Avesso por Antiquidade*, de acordo com o disposto no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 64, de 1964.

Cabe a Luiz Marcondes de Oliveira

Carreira de Motorista

Vaga decorrente da readaptação de Amadeu Pereira da Cruz, Motorista, PL-8, em outro cargo, conforme ato da Comissão Diretora, publicado no DCN de 22-1-67.

De Motorista, PL-9 a PL-8

(Critério: Antiquidade)

Cabe a José Ribeiro Lima

De Motorista, PL-10 a PL-9

(Critério: Antiquidade)

Cabe a José Sipriano da Silva, Secretária do Senado Federal, em 9 de junho de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Presidente da Comissão de Promoções.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8ª REUNIAO. EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1967

As quinze horas do dia doze de junho de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Srs. Senadores Duarte Filho, Mem de Sá e Josephat Marinho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Alvaro Maia, Aloysio de Carvalho e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Duarte Filho a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Duarte Filho lê parecer favorável à emenda de plenário e apresenta duas subemendas a esta emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967, que altera as Armas Nacionais, e o Selo Nacional.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando-se, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Vasconcellos Tôres — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Mártins Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Zóbar da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Aarão Steinbrück
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-8.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnor de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleofas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilça
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleofas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnor de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-8.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A
TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimaraes
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A
TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A
TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A
TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A
TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimaraes
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimaraes
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A
TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A
TITULARES

Paulo Torres
José Guimaraes
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Artílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**Lino de Mattos
Secretaria Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

Arthur Virgílio

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Correa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos

PREÇO DESTE NÚMERO, NCr\$ 0,01